

Assunto: BAIRRO ÁGUAS CLARAS

Invasores dão trégua à espera de lotes que empresa prometeu

A terceira tentativa dos invasores da propriedade da Viana Braga Importação e Exportação, em Águas Claras, resultou numa trégua, ontem, depois de uma assembléia realizada no final da tarde. Até amanhã, os invasores aguardarão a concretização da promessa do representante da empresa, o advogado Tadeu Viana Braga, de cessão de 50.000m² nas proximidades da BR-324, em Valéria.

A solução foi negociada entre o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, Edival Passos (PT), o advogado e o secretário municipal de governo, Luciano Neves, às 13 horas. Este se comprometeu, em nome do prefeito Fernando José, que vai encaminhar providências para um levantamento na área através das secretarias de Terras e Habitação e de Ação Social, para loteamento da área e cadastramento do pessoal.

A negociação teve início por volta das 10h30min, quando o deputado Edival Passos chegou ao local. Alguns dos cerca de 200 barracos já tinham sido derrubados por prepostos da "Viana Braga", respaldados pelo oficial de justiça e mais de 30 soldados do 5º BPM. A cada invasor despejado, vaias e protestos. O caso mais dramático foi o de Geovânia dos Santos, desempregada e que, em prantos, resistiu e apelou o quanto pôde. Ao final de 45 minutos, ela, seus poucos pertences e o filho de cinco anos estavam na rua, sob a chuva que começou a cair. Entre suas lamentações, a de que a Justiça só atinge os "fracos", da necessidade de correr esse risco e da inutilidade de tanta terra: cerca de dois milhões de m², segundo os representantes do proprietário.

Quando Edival Passos chegou ao local por pouco não foi agredido por um policial, que, a título de impedir a presença de uma das representantes da comissão formada pelos invasores na negociação, ameaçou de prisão o deputado, desconhecendo a sua imunidade parlamentar. Enquanto o deputado se identificava, o policial bradava que era também advogado. Por fim, Edival Passos, juntamente com o advogado Tadeu Viana Braga, alcançou o oficial de justiça, conseguindo suspender o despejo até decisão da reunião no Palácio Thomé de Souza. Às 14 horas, regressou ao local junto com o advogado e com a notícia de que o despejo estava suspenso até amanhã.

Na prefeitura, o parlamentar e o advogado mantiveram contato com o secretário de Governo, Luciano Neves, obtendo deste a garantia de que, até o final do prazo acordado, seria efetuado levantamento topográfico da área e cadastramento dos invasores. O objetivo é evitar a presença de especuladores nos 50.000m² cedidos pelo proprietário Geraldo Belfort. Entre estes, constam donos de padaria e, principalmente, de

casas de material de construção, uma situação publicamente admitida pelos invasores.

Dona Cremilda, diarista, deixou a casa da mãe, em Pirajá, pensando "num canto" só seu. Geovânia de Jesus, cujo marido trabalha fora, está desempregada e só se arriscou "pela necessidade de dar um chão para a família". Investiu cerca de Cr\$200 mil na lona plástica e telhas para se abrigar e aos pertences. "Disseram-me que o dono não tinha pago os impostos, que a terra não era de ninguém".

Para o advogado Tadeu Viana Braga, os invasores se instalaram no local induzidos pelo representante da comissão, Carlos Alberto Macedo de Jesus, e não por falta de aviso. As tentativas de invasão na área persistem há mais de um ano, mas foi a partir de setembro que adquiriu intensidade. "Eu mesmo estive aqui, desmanchando barracos e avisando que as terras têm dono", disse Viana Braga. O oficial de justiça queixou-se de a imprensa divulgar erroneamente a situação legal. O despejo teve início na terça-feira passada e, só a partir dessa citação, é que os invasores têm 15 dias para recorrer — o que, na prática, não acontece.

FAVELIZAÇÃO

Com o cadastramento e demarcação de limites na área de 50.000m², cedidos para os invasores, resolve-se o impasse entre o proprietário e a população, mas oficializa-se uma nova favela. A área desmatada situa-se num trecho do bairro onde não existe energia elétrica ou água encanada e muito menos sistema de saneamento básico, mas os invasores acreditam que isto é uma questão de tempo, para que os órgãos responsáveis façam as ligações junto ao sistema, produzindo nova receita. Outra consequência é a devastação ambiental, já que cerca de dois milhões de m² de mata foram dizimados sem qualquer razão útil, deixando a área deserta e passiva de futuras invasões, promovendo mais uma etapa da institucionalização de favelas de que Salvador tem sido palco nos últimos anos.